



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE ESTÁGIO

EDITAL Nº 16/2024 – SEFOT – Retificado em 22/08/2024

**SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR PARA
FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA EM CARTÓRIOS ELEITORAIS
DO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS**

A Seção de Gestão da Força de Trabalho e Apoio Externo - SEFOT torna pública a abertura de seleção pública de estudantes para formação de cadastro de reserva, observadas as disposições constantes neste Edital.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS:

- 1.1. Poderão participar da Seleção Pública, única e exclusivamente, os estudantes dos cursos elencados no Anexo I deste edital;
- 1.2. O programa de estágio não gerará vínculo empregatício de qualquer de qualquer natureza, observado disposto no art. 3º da Lei nº 11.788/2008;
- 1.3. A seleção pública está subordinada ao disposto na Lei nº 11.788/2008 e na Resolução TRE-MG nº 1.127/2019;
- 1.4. No decorrer do prazo de validade deste edital, é vedada a celebração de termos de compromisso de estágio com estudante que concluirá a graduação em prazo inferior a 6 (seis) meses;
- 1.5. Para se inscrever, o candidato deverá preencher ficha de inscrição e enviar cópias em PDF dos documentos listados no item 3.3 (a cópia dos documentos deverá ser enviada em um único documento em formato .pdf);
- 1.6. A modalidade de estágio oferecida nesse edital é a não obrigatória e remunerada;
- 1.7. Os estudantes deverão estar regularmente matriculados e com frequência efetiva em curso de educação superior (bacharelado ou tecnólogo) de instituições públicas ou particulares reconhecidas ou autorizadas pelo Ministério da Educação;
- 1.8. O candidato cuja inscrição resultar válida (documentação completa, enviada no prazo estipulado e cumprindo todas as determinações deste edital), comporá cadastro de reserva para futura convocação, cuja validade encontra-se no item 2 deste edital;
- 1.9. O TRE-MG publicará o resultado final da seleção dos candidatos inscritos, em ordem decrescente de notas, já respeitando a alternância entre as instituições de ensino e as cotas previstas em lei e resoluções;
- 1.10. O estágio terá a duração de 1 (um) mês a 1 (um) ano, e admitirá prorrogações, mediante assinatura de termo aditivo ao contrato inicial, se houver interesse das partes e disponibilidade orçamentária, e desde que o estagiário não tenha concluído o último período do curso nem se desligado da instituição de ensino;
- 1.11. A duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário com deficiência, que poderá permanecer no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE ESTÁGIO

estágio até a conclusão do último período do curso (observado o disposto no art. 19 da Lei nº 11.788/2008);

1.12. A carga horária para a realização do estágio poderá ser de 20 (vinte) horas semanais, com jornada diária de 4 (quatro) horas, de 25 (vinte e cinco) horas semanais, com jornada diária de 5 (cinco) horas ou de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas, de acordo com o horário estabelecido pelo cartório. **A carga horária de 30 (trinta) horas semanais, com a jornada diária de 6 (seis) horas está permitida até 31/12/2024.**

1.13. O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio que, atualmente, possui o valor de R\$ 910,00 (novecentos e dez reais) para o estágio com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, o valor de R\$ 1.137,50 (um mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos) para o estágio com carga horária de 25 (vinte e cinco) horas semanais e R\$ 1.365,00 (um mil trezentos e sessenta e cinco reais) para o estágio com a carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

1.13.1 Fará jus também ao recebimento do auxílio-transporte, em pecúnia, no valor atual de R\$ 21,00 (vinte e um reais) por dia efetivo de trabalho presencial;

1.14. O pagamento da bolsa-estágio será realizado até o 10º (décimo) dia útil de cada mês;

1.15. Recebimento de auxílio-transporte será pago em pecúnia, juntamente com o pagamento da bolsa-estágio;

1.16. O estagiário tem direito a 15 (quinze) dias de recesso remunerado ao completar 6 (seis) meses de estágio;

1.17. O TRE-MG tem contratado um seguro contra acidentes pessoais, na forma do § 2º do art. 12 da Lei nº 11.788/2008;

1.18. Ao final do estágio, é fornecido certificado de estágio, conforme o disposto na Resolução nº 1.127/2019;

1.19. A presente seleção é aberta aos estudantes que estejam cursando entre o segundo e o penúltimo períodos do curso.

2. DAS VAGAS E DO PRAZO DE VALIDADE:

2.1. A seleção destina-se a formação de cadastro de reserva para provimento de vagas que vierem a surgir nos Cartórios Eleitorais do interior do estado de Minas Gerais;

2.2. A validade da presente seleção será de 6 (seis) meses, prorrogável por mais 6 (seis) meses, a critério da Administração do TRE-MG.

3. DAS INSCRIÇÕES:

3.1. Pré-requisitos:

3.1.1. O estudante deve estar regularmente matriculado em curso de educação de ensino superior (bacharelado ou tecnólogo) de instituições



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE ESTÁGIO

públicas ou particulares reconhecidas ou autorizadas pelo Ministério da Educação, e estar cursando do segundo ao penúltimo período do curso;

3.1.2. Possuir média de aproveitamento global MÍNIMA de 70% (setenta por cento), indicada em declaração fornecida pela instituição de ensino. Tal declaração deverá ser recente, assim considerada aquela emitida dentro do semestre da inscrição;

-A média de aproveitamento global é obtida por meio da soma de todas as notas lançadas no histórico do candidato, dividida pelo total de matérias cursadas expressa em forma numérica, não sendo admitida a apresentação da média em forma conceitual. A nota global deverá ser apresentada na base decimal (base 10) ou centesimal (base 100).

3.1.3. Possuir CPF (Cadastro de Pessoa Física) e Título de Eleitor (válido e em situação regular);

3.2. Impedimentos:

3.2.1. Não poderá se candidatar à presente seleção o estudante:

- filiado a partido político;
- que exerça atividade político-partidária;
- que tenha cônjuge ou parente consanguíneo ou afim até o segundo grau candidato a cargo eletivo ou de agente político já investido em seu cargo por meio de eleição, nomeação ou designação, como Chefes do Poder Executivo e membros do Poder Legislativo;
- que não apresentar frequência regular no período/ano em curso;
- que estiver cursando o primeiro e último períodos do curso;
- que estiver matriculado em instituição de ensino que não tenha reconhecimento ou autorização no Ministério da Educação.

3.3. Documentação obrigatória para inscrição: Todos os documentos deverão ser enviados, no momento do preenchimento do formulário de inscrição, via site do TRE-MG em arquivo único de formato .PDF (ou compactado com conteúdo em formato .PDF) e constituem condição imprescindível para a confirmação da inscrição do candidato.

3.3.1. Cópia do Documento de Identidade e CPF do estudante;

3.3.2. Título de eleitor válido;

3.3.3. Declaração expedida pela instituição de ensino da qual conste o curso, o período/ano em que está matriculado, e a média global das notas alcançadas pelo aluno no decorrer dos períodos cursados. A média global deverá ser encaminhada na base decimal (base 10) ou centesimal (base 100).

- A referida declaração ou documento comprobatório deverá ser assinada(o) ou validada(o)/autenticada(o) pela instituição de ensino;
- Eventualmente, na ocasião da contratação, o documento original poderá ser solicitado do estagiário;

3.3.4. Certidão Negativa de Filiação Partidária, que pode ser obtida no link: <https://filia-consulta.tse.jus.br/#/principal/menu>;

3.3.5. No caso de candidato com deficiência, laudo médico legível que comprove a deficiência arrolada nas categorias discriminadas pelo art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

3.4. Procedimentos:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE ESTÁGIO

3.4.1. O candidato deverá fazer sua inscrição pela internet, no site do TRE-MG, e enviar toda a documentação exigida em um único anexo à ficha de inscrição. Caso o anexo esteja incorreto/incompleto, o candidato deverá realizar nova inscrição, abstendo-se de enviar mais de um anexo em uma mesma inscrição;

3.4.2. Não serão aceitas inscrições:

- Entregues diretamente no cartório eleitoral ou no protocolo do TRE-MG;
- Fora do prazo;
- Por e-mail;
- Em desconformidade com as regras do presente Edital.

O TRE/MG não se responsabilizará por eventual falha no envio da documentação pelo candidato à vaga de estágio, devendo este certificar-se do encaminhamento correto de todos os documentos mencionados na ficha de inscrição.

3.5. Prazos:

As inscrições deverão ser efetuadas, no site do TRE-MG (www.tre-mg.jus.br), da publicação do presente edital **até às 23:59 h do dia 27/08/2024**.

4. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA:

4.1. Na forma do art. 14 da Resolução TRE nº 1.127/2019, fica assegurado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas oferecidas na seleção a estudantes com deficiência;

4.2. O candidato com deficiência deverá comprovar, no ato da inscrição, a sua condição, por meio de laudo médico legível, entre as previstas no art.4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, sem prejuízo da apresentação da documentação prevista no art. 10 desta resolução;

4.3. Caso não existam candidatos com deficiência classificados para o preenchimento das vagas existentes, aquelas que remanescerem serão revertidas para o sistema universal de vagas.

5. DAS VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS:

5.1. Na forma do art. 14-A da Resolução TRE nº 1.127/2019, fica assegurado o percentual mínimo de 30% (trinta por cento) das vagas aos negros, conforme disposto na Resolução CNJ nº 336, de 2020;

5.2. Só poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos negros aqueles que se autodeclararem pretos ou pardos no ato da inscrição na seleção de estágio, conforme o quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE ESTÁGIO

5.3. O candidato deverá preencher, no ato de sua inscrição, o campo referente a cor ou raça, visando sua participação na condição de cotista. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas pelo estudante no ato da inscrição do processo seletivo, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa;

5.4. Comprovando-se falsa a auto declaração, ou não sendo considerado de cor negra ou parda pela comissão do processo seletivo, o candidato será eliminado da seleção antes do ato de convocação;

5.5. A reserva de vagas de que trata o caput será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no processo seletivo for igual ou superior a 3 (três), considerando-se como sendo um só os municípios com mais de uma zona eleitoral;

5.6. No caso de não preenchimento total das vagas reservadas aos candidatos negros, aquelas que remanescerem serão revertidas para o sistema universal de vagas.

6. DA CLASSIFICAÇÃO:

6.1. A classificação dos candidatos cujas inscrições forem consideradas válidas seguirá a seguinte forma:

6.1.1. Os estudantes serão classificados, em ordem decrescente de média histórica de aproveitamento global por faculdade;

6.1.2. Após, haverá uma única lista, com a classificação de todos os candidatos, sendo que os primeiros colocados de cada instituição de ensino começarão a lista, em ordem decrescente de médias, seguindo-se dos segundos colocados e assim sucessivamente, sempre respeitando as vagas definidas nos itens 4 e 5 do presente edital;

6.1.3. Caso haja empate de médias, terá preferência o candidato que, na seguinte ordem:

6.1.3.1. tiver cumprido a maior carga horária da estrutura curricular do curso;

6.1.3.2. tiver prestado serviços à Justiça Eleitoral;

6.1.3.3. tiver a maior idade.

7. DOS RESULTADOS E DOS RECURSOS:

7.1. O prazo para interposição de recursos contra o resultado e classificação do processo seletivo será de 2 (dois) dias úteis, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação;

7.2. Os recursos deverão ser encaminhados unicamente através do e-mail sefot@tre-mg.jus.br, em formato PDF, datados e assinados pelos candidatos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE ESTÁGIO

com o assunto: "Seleção pública para estagiários –Recurso". No corpo do e-mail deverão constar o nome completo e número da inscrição do candidato;

7.3. Para fins da contagem do prazo previsto no item 7.1, será considerada a data de envio do e-mail pelo candidato, que receberá resposta acusando o recebimento do recurso;

7.4. Os recursos deverão ser claros, consistentes e objetivos. Recursos inconsistentes, incoerentes ou intempestivos não serão conhecidos;

7.5. Todos os recursos serão analisados e julgados por comissão formada pelos titulares da Secretaria de Gestão de Pessoas, Coordenadoria de Apoio a Governança de Pessoas e do Gabinete da Secretaria de Gestão de Pessoas;

7.6. O resultado do recurso, se houver, será divulgado no site do TRE/MG. O recorrente será intimado da decisão por e-mail;

7.7. Se do exame do recurso resultar alteração na classificação do estudante, novo resultado será publicado na página de internet do TRE/MG, com a classificação atualizada;

7.8. Não será aceito recurso via fax, correio, protocolo na sede do TRE-MG ou nos Cartórios Eleitorais ou, ainda, fora do prazo;

7.9. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos.

8. DA CONVOCAÇÃO E CONTRATAÇÃO:

8.1. A convocação obedecerá a ordem de classificação do candidato na lista prevista no item 6.1.2 deste edital;

8.2. A convocação será feita pelo e-mail cadastrado no a toda inscrição;

8.3. O candidato deverá responder, expressamente, no prazo informado na mensagem eletrônica, sua aceitação ou recusa à convocação;

8.4. Se não houver manifestação do candidato no prazo estabelecido, entende-se recusada, tacitamente, a convocação;

8.5. O estagiário classificado nos termos do presente edital que, no ato de assinatura do contrato, não comprovar o vínculo com a instituição de ensino pela qual concorreu ao processo seletivo será desclassificado, perdendo o direito à ocupação da vaga;

8.6. Caso o estudante tenha realizado mais de uma inscrição para estágio neste TRE/MG, o aceite para ocupar vaga em uma zona/turno importará na desistência tácita ao ingresso em outra vaga de zona/turno diverso;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE ESTÁGIO

8.7. Após aceitar a vaga em uma localidade, o estagiário não poderá ser transferido ou realizar permuta para outro município;

8.8. Os candidatos serão convocados seguindo a lista única geral, na medida em que houver demanda das Unidades/Cartórios Eleitorais e disponibilidade orçamentária para a contratação.

Os casos omissos, serão analisados pela Diretoria-Geral do TRE-MG.

PARA INSCREVER-SE: [CLIQUE AQUI](#).

Passo a passo da inscrição: Ao abrir a página de inscrição, no campo "Qual é o seu relacionamento conosco?", selecionar a opção "Concurso/estágio/redistribuição e remoção", após, em "Qual é o assunto", clicar na opção "Estágio (inscrição)". Ao abrir o formulário, preencher os dados solicitados, anexar o arquivo PDF com a documentação e enviar.

Caso não consiga acessar a página de inscrição pelo link acima, digitar o endereço <https://www.tre-mg.jus.br/eleitor/formulario-fale-conosco> na barra de endereços do navegador.

Anexo I

INTERIOR - NÍVEL SUPERIOR		
UNIDADE	MUNICÍPIO	CURSO
002 ^a	ABRE CAMPO	DIREITO
015 ^a	ARAÇUAÍ	ADMINISTRAÇÃO
320 ^a	ARINOS	DIREITO e ADMINISTRAÇÃO
019 ^a	AREADO	DIREITO
017 ^a	ARAXÁ	DIREITO
316 ^a e 319 ^a	BETIM	DIREITO
044 ^a	BOCAIÚVA	DIREITO
047 ^a	BONFIM	DIREITO
058 ^a	CAMANDUCAIA	DIREITO
064 ^a	CAMPO BELO	DIREITO
078 ^a	CÁSSIA	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS e DIREITO
079 ^a	CATAGUASES	DIREITO
085 ^a	CONGONHAS	DIREITO
090 ^a ,091 ^a ,093 ^a e 313 ^a	CONTAGEM	DIREITO
112 ^a	EXTREMA	DIREITO



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE ESTÁGIO

121 ^a	GUANHÃES	DIREITO
128 ^a	INHAPIM	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS e DIREITO
133 ^a	ITABIRITO	DIREITO
136 ^a	ITAMBACURI	DIREITO
297 ^a	ITAPAGIPE	DIREITO
144 ^a	JACINTO	DIREITO
063 ^a	JAÍBA	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS e DIREITO
148 ^a	JANUÁRIA	DIREITO
157 ^a	LAGOA SANTA	DIREITO
183 ^a	MONTE SIÃO	DIREITO
298 ^a	NOVA SERRANA	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS e DIREITO
202 ^a	PARÁ DE MINAS	DIREITO
219 ^a	PITANGUI	DIREITO
222 ^a e 350 ^a	POÇOS DE CALDAS	DIREITO
286 ^a e 321 ^a	RIBEIRÃO DAS NEVES	DIREITO
242 ^a	SABINÓPOLIS	DIREITO
254 ^a	SÃO GOTARDO	DIREITO
257 ^a	SÃO JOÃO EVANGELISTA	DIREITO
260 ^a	SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO	ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS e DIREITO
262 ^a	SERRO	DIREITO
263 ^a , 264 ^a e 322 ^a	SETE LAGOAS	DIREITO
273 ^a	TRÊS PONTAS	DIREITO
276 ^a , 326 ^a e 347 ^a	UBERABA	DIREITO
278 ^a , 279 ^a , 299 ^a , 314 ^a e 335 ^a	UBERLÂNDIA	DIREITO
280 ^a	UNAÍ	DIREITO

Belo Horizonte, 22 de agosto de 2024.

JÚLIO CÉSAR DA FONSECA
Seção de Estágios e Força de Trabalho de Apoio Externo